



Exercício de 2020

## RELATÓRIO DE GESTÃO ANUAL

Senhores Acionistas,

Cumprindo as disposições legais, designadamente o disposto no Art.º 65.º do Código das Sociedades Comerciais, submetemos à V/ apreciação o nosso Relatório de Gestão reportado ao exercício de 2020, elaborado em conformidade com o Art.º 66.º desse mesmo Código, muito embora e por força do disposto no número 6 deste último artigo, a emissão deste Relatório seja dispensada.

### INTRODUÇÃO

A Metropolitano Ligeiro de Mirandela, SA foi constituída em julho de 1995, tendo resultado de um projeto protagonizado pela Câmara Municipal de Mirandela e a CP.

Numa primeira fase e ao longo de vários anos, a atividade da empresa circunscreveu-se à exploração do troço Mirandela/Carvalhais, cingindo-se, portanto, ao perímetro urbano da cidade de Mirandela. Mais tarde, a 21 de outubro de 2001, a MLM, SA celebrou um Contrato de Prestação de Serviços com a CP, mediante o qual a prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros entre a estação de Mirandela e a estação do Tua seria feita pela própria MLM, sob a supervisão da CP. Por seu turno, a responsabilidade pela manutenção da linha correspondente ao referido troço caberia à então REFER, atual Infraestruturas de Portugal, na sua qualidade de proprietária dessa infraestrutura. Assim, à luz de tal contrato, competia à MLM executar todo o serviço de transporte ferroviário de passageiros ao longo do percurso Carvalhais/Tua.

Porém, por força do acidente que teve lugar no dia 22 de agosto de 2008 e na sequência do mesmo, a atividade da sociedade passou a circunscrever-se à exploração dos troços Mirandela-Carvalhais e Mirandela-Cachão, tipologia de exploração esta que se manteve até meados de 2012. Por conseguinte, neste período de tempo a sociedade laborou com base em premissas ou pressupostos um tanto diferentes daqueles com base nos quais laborava no período anterior à ocorrência do referido acidente.

Em meados de 2012 a empresa assumiu a gestão e o transporte rodoviário de passageiros no perímetro urbano da cidade e sua periferia, competência que lhe foi conferida pelo Município de Mirandela. Neste domínio, à MLM passou a competir também a gestão e o serviço de transporte referidos, não sendo a proprietária de quaisquer bens ou recursos afetos ao mesmo. Por esse facto, todas e quaisquer despesas

JR.  
AL  
Z  
fim

e encargos associadas ao funcionamento desses bens e recursos, ou seja, à operação do serviço, correram e correm por conta do respetivo proprietário, isto é, o Município, com exceção dos encargos com o pessoal; na verdade, todos os trabalhadores afetos à realização do serviço de transporte rodoviário pertencem ao quadro de pessoal da empresa, sendo que os correspondentes salários e encargos que lhes estão associados correm por conta desta.

A assunção da gestão do transporte rodoviário de passageiros, acabada de referir, teve lugar por força da desativação do troço Mirandela-Carvalhais, pelo que o transporte público de passageiros na malha urbana da cidade e periferia próxima passou a ser feito por rodovia. A laboração da empresa na base deste modelo – transporte rodoviário e ferroviário (este último no troço Mirandela-Cachão) – iniciou-se em meados de 2012 e prolongou-se até ao final de 2018.

No final de 2018 foi completamente desativado o transporte ferroviário de passageiros, passando a empresa a gerir toda a operação de transporte público apenas com base na rodovia.

#### **ENQUADRAMENTO DA ATIVIDADE DESENVOLVIDA**

Numa perspetiva estritamente operacional e face a 2019, em 2020 a atividade da empresa decorreu da seguinte forma:

- Em ambos os anos essa atividade decorreu em moldes idênticos, isto é, transportando passageiros com base nos mesmos meios e dentro do mesmo perímetro geográfico;

- O relacionamento comercial com o Município de Mirandela, na sua vertente do transporte escolar, continuou a processar-se de igual forma. Contudo, por força do encerramento da atividade operacional da empresa de meados de março a meados de maio, motivado pelo confinamento obrigatório decretado pelo Governo português, não foram prestados serviços de transporte escolar, com a consequente perda de receita. Aliás, essa perda de receita acabou por se estender a períodos de tempo posteriores, por força das restrições impostas ao ensino presencial;

- A ligação da MLM à CP no âmbito da execução do Contrato de Prestação de Serviços ferroviários a que se aludiu no ponto anterior processou-se do mesmo modo que em 2019. Do ponto de vista financeiro, a receita mensal decorrente dessa prestação de serviços que cabe ao ano de 2020 é igual à verificada no ano anterior, sendo que, ao período em que a empresa esteve inativa, da mesma forma que o assinalado anteriormente, não coube qualquer receita por impossibilidade de a faturar. A perda de receita que aqui está em causa ascende a 32.647 €;

- Continuou a ser assegurado o serviço de transporte de passageiros via táxi, sob gestão da MLM, direcionado para as zonas mais distantes da Linha do Tua e que eram servidas por comboio há muitos anos, tendo este sido desativado na sequência do acidente supra referido;



JR  
AD  
Z-funme

- Tal como em 2019, também em 2020 a operação de transporte rodoviário de passageiros contou com a colaboração diária de terceiros contratados para o efeito, especializados nesta área.

Operando no setor dos transportes públicos de passageiros, numa perspetiva de serviço público, a atividade da MLM, SA tem sido marcada:

- Pela impossibilidade de dilatar os seus níveis de receita, considerando a reduzida dimensão do seu mercado, efetivo e potencial;

- Pela impossibilidade de proceder a um ajustamento em alta das suas tarifas, considerando o fraco nível de rendimento auferido pela população alvo das suas atividades e o nível geralmente baixo que acompanha o valor das tarifas dos transportes públicos, atendendo ao caráter social que é atribuído a esta tipologia de serviço; e,

- Pela incerteza associada à continuidade da sua atividade decorrente das sucessivas dificuldades na implementação do Plano de Mobilidade no Vale do Tua, gizado pouco tempo antes de se iniciar a construção da barragem no rio Tua.

Como já ficou patente nas considerações anteriores, de entre os fatores enquadradores da atividade da empresa no ano findo predominam os efeitos resultantes da propagação da pandemia Covid 19, na sua vertente social e económica. A MLM foi particularmente afetada, tendo em consideração a paralisação forçada das suas operações no período março – maio, a que se juntou o efeito resultante da redução dos fluxos de pessoas e, por conseguinte, de passageiros, associada às limitações impostas à sua mobilidade e ao medo do contágio que se instalou.

### VEÍCULOS LRV-2000

A MLM dispõe de duas automotoras da série USD VE 9500. Estes dois veículos encontram-se estacionados nas oficinas geridas pela empresa situadas em Carvalhais desde dezembro de 2018, em resultado do encerramento da operação do transporte por via-férrea a que já se aludiu.

Considerando que a dissolução da empresa irá acontecer a curto prazo e que esta não dispõe de meios financeiros para proceder à reparação daquelas duas automotoras, está em curso (na sua fase final) o processo tendente à sua entrega/alienação a terceiros.

### ANÁLISE DAS CONTAS APRESENTADAS

À semelhança do sucedido nos anos anteriores e nos termos do artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, em particular do disposto no seu n.º 4, pretende-se agora proceder a uma análise detalhada das principais grandezas de natureza económico-financeira que marcam as peças de tipo contabilístico respeitantes ao exercício ora relatado. Na verdade, sendo os Documentos de Prestação de Contas basicamente constituídos por peças de natureza contabilística, logo técnica, faz todo o

sentido que se reserve um espaço próprio para se tecerem alguns comentários acerca do conteúdo de tais peças, procurando-se ressaltar o que de mais importante aconteceu na empresa do ponto de vista económico-financeiro.

Iniciando a análise daquelas peças pela Demonstração dos Resultados, podem-se extrair as conclusões que se apresentam de seguida, tomando por base de comparação os valores ligados aos anos de 2018 e 2019:

	Valores em Euros					
	2018	%	2019	%	2020	%
<b>SERVIÇOS PRESTADOS</b>	<b>223.259,23</b>		<b>218.877,84</b>		<b>177.845,32</b>	
Fornecimentos e Serv. Externos	130.830,09	58,6	106.183,77	48,51	100.027,97	56,24
Gastos com o Pessoal	111.519,78	50,0	107.534,62	49,13	106.347,98	59,80
Gastos de Depreciação e Amortização	0,00	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Gastos	1.846,20	0,8	557,41	0,25	12.158,22	6,84
Gastos e Perdas de Financiamento	7.180,33	3,2	7.006,86	3,20	6.215,90	3,50
<b>Resultado Líquido do período</b>	<b>-24.434,72</b>	<b>-10,9</b>	<b>-111,78</b>	<b>-0,05</b>	<b>-45.390,71</b>	<b>-25,52</b>

*Nota: Os valores percentuais foram calculados com referência ao valor dos serviços prestados*

Observando a tabela supra, concluímos que o desempenho da empresa no exercício de 2020 apresenta várias modificações com muita relevância em comparação com os dois anos anteriores.

Pormenorizando o ocorrido em 2020 em termos de rendimentos, gastos e resultados, numa base comparativa com o histórico correspondente, vejamos:

a) O valor dos Fornecimentos e Serviços Externos tem vindo a diminuir gradualmente de ano para ano. Em termos absolutos essa diminuição é evidente, chegando aos 100.000 € no ano findo, não o sendo em termos relativos, face ao valor dos Serviços Prestados, apenas por força da grande diminuição que se verificou na magnitude destes últimos em 2020.

Esta diminuição do valor dos FSE (em termos absolutos) está relacionada com o ajustamento da estrutura da empresa à nova realidade operativa, a qual passou de um sistema híbrido de transporte – por rodovia e ferrovia - para um sistema de transporte mono – apenas rodovia.

A migração para um sistema de transporte exclusivamente rodoviário acarretou uma poupança significativa de custos, visto que a estrutura ferroviária implica a mobilização de um conjunto relevante de custos fixos e semi variáveis.

Por outro lado, deve também dizer-se que a queda do valor associada a esta categoria de gastos de 2019 para 2020 não pode ser dissociada do confinamento a que

anteriormente se aludiu, na medida em que, com relação ao período correspondente, não ocorreu faturação por parte dos prestadores de serviços de transporte que operam por conta da MLM.

b) O quadro do pessoal manteve o mesmo número de efetivos e o formato da prestação de trabalho manteve-se idêntico de 2019 para 2020. Por conseguinte, os gastos suportados neste domínio foram mais ou menos iguais entre estes dois anos.

c) Tal como sucedido desde há vários períodos, não se registou qualquer gasto com Depreciações no ano findo. Esta circunstância decorre do facto de todos os Ativos Fixos detidos pela MLM já terem atingido o término do seu período de vida útil, a que se junta o facto de não se terem verificado aquisições deste tipo de Ativos ao longo destes últimos seis anos;

d) O valor dos Gastos de Financiamento voltou a cair em 2019. Este facto radicaliza os níveis muito baixos que as taxas Euribor têm observado, as quais mantêm valores negativos desde há muito (e continuam nesta altura), sendo certo que este tipo de Gastos suportados pela empresa está indexado à Euribor;

e) Em 2020 a empresa acusa gastos de valor significativo na categoria “Outros Gastos”, ao contrário do sucedido em anos anteriores. Esta circunstância radica apenas e só na perda que decorreu da venda das travessas de madeira que mantinha em stock desde há vários anos, sendo que o valor da venda dessas travessas foi bastante menor do que o correspondente valor de aquisição.

Trata-se, portanto, de um item não recorrente ou de manifestação extraordinária e que assumiu o qualificativo de menos-valia.

No tocante ao comportamento dos rendimentos obtidos pela firma em 2020, importa destacar o seguinte:

a) O valor global dos Serviços Prestados apresentou uma redução de cerca de 41.000 €. Tal redução não derivou de qualquer mexida no valor do tarifário em vigor, radicando antes:

a1) Na diminuição drástica do número de passageiros transportados em resultado de:

- Confinamento decretado para parte do mês de março, abril e parte do mês de maio, período durante o qual a empresa esteve completamente paralisada:

- Da incerteza e do medo que se instalou, facto que gerou uma redução muito significativa nos fluxos de pessoas, com impacto em todos os negócios que assentam em tais fluxos e na mobilidade (quotidiana ou não);



82.

APR

- Implementação do ensino à distância a partir da segunda quinzena de março, facto que retirou a população estudantil dos transportes públicos a partir dessa altura.

a2) Impossibilidade de faturar à CP o valor dos serviços associados ao período mencionado, em virtude de tais serviços não terem sido prestados.

b) O valor das receitas oriundas do arrendamento das instalações operacionais da empresa decresceu para cerca de 1.600 €, em virtude de o inquilino já não necessitar do locado.

Então, como corolário de tudo o antedito, os Resultados Líquidos atingiram o valor de - 45.390,71 € em 2020, muito inferior ao verificado no ano anterior.

Como já se disse, este Resultado deriva, sobretudo, da menos valia obtida com a venda das travessas, a que se juntou a redução em larga escala das receitas correntes geradas pelo negócio.

Caso a menos valia não tivesse tido lugar, sendo que se trata de um item não recorrente, e se o volume de negócios não tivesse sofrido o impacto da Covid 19, o Resultado Líquido obtido no ano seria largamente positivo.

Com respeito à situação financeira da sociedade, a mesma caracteriza-se pelo já clássico desequilíbrio de longo prazo, motivado pelas responsabilidades financeiras perante a CP decorrentes da compra, a esta última, do material circulante.

Numa perspetiva de curto prazo, dúvidas não podem restar quanto à boa situação financeira da empresa, tal como tem acontecido nos últimos anos, apresentando-se, nesta altura, perfeitamente equilibrada. Este equilíbrio é bem visível pela relação entre o valor dos seus ativos e passivos de curto prazo, excluindo-se, portanto, desta análise a enorme dívida à CP resultante da aquisição das automotoras. Claro está que esta melhoria tem por base os Resultados mais ou menos equilibrados que se têm verificado nestes últimos anos, sendo certo que o prejuízo obtido em 2018 foi coberto pelos acionistas.

### **PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS**

Nos termos da alínea f) do número 5 do Art.º 66.º do CSC, vem, neste ponto, o Conselho de Administração apresentar a sua proposta de aplicação dos resultados do exercício de 2020.

Assim, propõe o Conselho de Administração que o Resultado Líquido do exercício em causa, no valor de - 45.390,71 €, seja integralmente coberto pelos dois acionistas, na proporção que cada um detém no capital da empresa.



A lógica subjacente a esta proposta repousa no disposto no número 2 do artigo 40º da Lei 50/2012, de 31 de agosto, onde se aponta para a obrigatoriedade de os sócios das empresas locais procederem à cobertura dos Resultados, quando estes se apresentam negativos.

## PERSPECTIVAS

Equacionando a continuidade da empresa, haverá que assinalar o seguinte:

(i) Do ponto de vista material, estão já criadas as condições para que a mobilidade em torno da linha do Tua, na perspetiva do transporte ferroviário e dos outros meios complementares de transporte de passageiros, tanto para fins turísticos como de transporte quotidiano, seja entregue ao novo operador, nos moldes definidos no Plano de Mobilidade há muito gizado e sob a gestão/supervisão da Agência para o Desenvolvimento do Vale do Tua. Isto porque estão terminadas as obras de adaptação e beneficiação da infraestrutura. Por conseguinte, a este nível, estão já criadas as condições para concretizar a dissolução da MLM.

No entanto, aspetos burocráticos respeitantes à obtenção das licenças por parte do novo operador e que lhe permitirão efetuar o transporte de passageiros por ferrovia, têm atrasado a sua entrada em operação.

Por força da pandemia que atinge todo o mundo e do tempo que ainda falta para a dominar, prevendo-se que tal domínio só venha a acontecer perto do final do corrente ano, embora sem a certeza do grau de eficácia do mesmo, é plausível pensar-se que o novo operador só venha a iniciar a sua atividade em meados de 2022. Sendo assim, apenas nessa altura será possível dissolver a MLM, SA, com base na premissa segundo a qual a dissolução da empresa só terá lugar com a entrada em laboração do novo operador.

(ii) Com base nos valores do Balanço da empresa no final de 2020 e no que se projeta para a sua exploração, é possível afirmar que esta dispõe de condições para liquidar os seus passivos presentes, bem como aqueles que se forem formando no decurso normal das suas operações. Porém, no que se refere à liquidação dos Passivos futuros, resultantes da sua atividade normal, essa liquidação só será possível se:

- For mantido o contrato de prestação de serviços firmado com a CP, sendo honrado por ambas as partes;
- Não for necessário fazer investimentos na operação que corram por conta da empresa;
- For possível regressar a um nível de prestação de serviços pré pandemia, logo, a um nível de receitas operacionais de magnitude equivalente.

A capacidade da empresa para liquidar os seus Passivos, acima explicitada, não inclui a dívida para com o acionista CP. Esta, pela sua magnitude, origem e história, tem



JL  
H  
Emissor

de ser encarada numa perspetiva de negociação entre acionistas, desgarrada da atividade normal da MLM.

(iii) Neste ponto, é prudente assinalar a incerteza que decorre dos efeitos trazidos pela pandemia, não só do ponto de vista material como psicológico, tanto a curto como a longo prazo, efeitos esses que nenhum agente económico, por si só, controla. Neste sentido, não se pode excluir a possibilidade de a viabilidade económica da empresa ficar comprometida em consequência do impacto decorrente daquela incerteza e da sua dissolução vir a ser precipitada por força da falta de confiança dos agentes económicos com responsabilidades no Plano de Mobilidade do Vale do Tua, induzida por tal incerteza.

Estas considerações trazem à evidência a precariedade do pressuposto da continuidade da atividade da MLM, esperando-se, contudo, que este pressuposto se mantenha válido até ao fim do ano corrente.

#### **OUTRAS INFORMAÇÕES**

- Dando cumprimento ao disposto nos Art.º 2.º do Dec. Lei n.º 534/80, de 7 de novembro e 21.º do Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de outubro, declara-se que não existem dívidas em mora à Segurança Social, à Autoridade Tributária e Aduaneira, nem existem dívidas vencidas para com os trabalhadores;

- Declara-se que, após o termo do exercício e dando satisfação ao estipulado na alínea b) do n.º 5 do Art.º 66.º do CSC, importa assinalar que foi decretado confinamento obrigatório em meados de janeiro, com o encerramento de boa parte das atividades económicas. Este facto tem provocado uma diminuição expressiva do volume de operações da empresa, com impacto importante no seu nível de receitas e rentabilidade.

- Não foram concedidas autorizações para a celebração de negócios entre a empresa e os membros do seu Conselho de Administração - Artigo 397.º do CSC (alínea e) do número 5 do art.º 66.º do CSC);

- A empresa não possui sucursais, no país ou no estrangeiro (alínea g) do número 5 do art.º 66.º do CSC);

- Não existem riscos de preço, considerando a tipologia da atividade exercida pela empresa;

- Quanto ao risco de crédito, a nível bancário a questão não se coloca, na medida em que a empresa não tem condições para aceder a esta tipologia de crédito.



MIRANDELA METROPOLITANO LIGEIRO DE MIRANDELA, S.A.

O crédito sobre clientes não apresenta quaisquer riscos.

A empresa enfrenta sérios riscos de liquidez e de fluxos de caixa, considerando a aleatoriedade e o atraso que se verifica nos recebimentos oriundos da CP. Por conseguinte, não resta outra alternativa senão a de o acionista maioritário cobrir os défices temporários de tesouraria que daqui decorrem.

- A empresa encontra-se numa situação de perda de metade do seu capital social, pelo que está obrigada a cumprir o disposto na parte final do número 1 e no número 3, ambos do Artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais.

Neste contexto, dado que a dissolução da empresa está já pré anunciada (embora desde há muito), está virtualmente resolvido o problema colocado pelo referido Artigo.

Mirandela, 16 de fevereiro de 2021

**O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

*O Presidente*

Felicio Rodrigues

*O Administrador por parte da CP*

António L. Joao Antunes

*O Administrador Delegado*

Paulo José Ferreira Pimenta



METROPOLITANO LIGEIRO DE MIRANDELA, SA

*BS*  
*R. Ferreira*  
*JR.*  
*CP*

EXERCÍCIO DE 2020

**ANEXO**  
**(modelo reduzido)**

***1 – Identificação da entidade:***

***1.1 – Designação da entidade.***

Metropolitano Ligeiro de Mirandela, SA  
NIPC 503 518 794

***1.2 – Sede.***

Rua D. Afonso III  
5370 – 408 Mirandela

***1.3 – Natureza da atividade.***

A Metropolitano Ligeiro de Mirandela, SA iniciou a sua atividade em julho de 1995, tendo resultado de um projeto que juntou a Câmara Municipal de Mirandela e a CP. Esta junção culminou com a participação no capital da MLM, SA de ambas as entidades, detendo a primeira 90% do mesmo e a segunda 10%, assim se constituindo, naquele ano, esta sociedade.

O objeto da sociedade consiste na prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros numa parte da linha do Tua.

Numa primeira fase e ao longo de vários anos, a atividade da empresa circunscreveu-se à exploração do troço Mirandela/Carvalhais, cingindo-se, portanto, ao perímetro urbano da cidade de Mirandela. Mais tarde, a 21 de outubro de 2001, a MLM, SA celebrou um Contrato de Prestação de Serviços com a CP, mediante o qual a prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros entre a estação de Mirandela e a estação do Tua, na margem do Douro, seria feita pela própria MLM, sob a supervisão da CP. Por seu turno, a responsabilidade pela manutenção da linha correspondente ao referido troço caberia à antiga REFER, atual Infraestruturas de Portugal, na sua qualidade de proprietária dessa infraestrutura.

Por conseguinte, na prática, cabia à MLM executar todo o serviço de transporte ferroviário ao longo do troço Carvalhais/Tua.

1

Rua D. Afonso III, 5 370 – 408 Mirandela \* Telefone e Fax: 278 265 752 \*

Capital Social 125.000 € Contribuinte n.º 503 518 794

E-mail: metropolitanomirandela@gmail.com

Porém, por força do acidente que teve lugar no dia 22 de agosto de 2008 e na sequência do mesmo, a atividade da sociedade passou a circunscrever-se à exploração dos troços Mirandela-Carvalhais e Mirandela-Cachão. Por conseguinte, desde essa altura, a sociedade passou a laborar com base em premissas ou pressupostos um tanto diferentes daqueles por via dos quais laborava no período anterior à ocorrência do referido acidente, com reflexos no seu desempenho e situação financeira.

Entretanto, desde meados de 2012 que a empresa vem assumindo a gestão dos transportes rodoviários no perímetro urbano da cidade e sua periferia, tarefa que lhe foi conferida pelo Município de Mirandela. Neste domínio, à MLM compete a gestão do mencionado serviço, não sendo a proprietária de quaisquer bens ou recursos afetos ao mesmo. Por esse facto, todas e quaisquer despesas e encargos associados ao funcionamento desses bens e recursos, ou seja, à operação do serviço, correm por conta do respetivo proprietário, isto é, o Município, à exceção das despesas relacionadas com o pessoal afeto ao dito serviço de transporte.

Já nos últimos dias do ano de 2018 a MLM deixou de efetuar o transporte ferroviário de passageiros. As populações beneficiadas pelo serviço descontinuado passaram a ser servidas por transporte rodoviário, o qual é efetuado mediante o aluguer de uma viatura com condutor a uma entidade terceira.

## **2 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:**

**2.1 –** As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico o Sistema de Normalização Contabilística aprovado pelo decreto-lei n.º 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, tendo sido adotada a Norma Contabilística para Microentidades, constante do Aviso n.º 8255/2015, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 146, de 29 de julho de 2015.

**2.2 – Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.**

Não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC.

**2.3 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior, bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.**

Todas as contas do balanço e da demonstração dos resultados são comparáveis com as do período anterior, com as seguintes exceções:

- JR*  
*ABP*  
*Zfmuve*  
*C.P.*
- No contexto do exercício de 2020, a rubrica de “Outros gastos” da demonstração dos resultados incorpora um gasto em investimentos não financeiros derivado da alienação das travessas de madeira que, fazendo parte do “Ativo fixo tangível” da entidade desde há alguns anos, nunca chegaram a ser aplicadas por esta, tendo-se consumado a sua alienação no decurso do ano de 2020. Neste sentido, encontra-se reconhecida uma perda de 12.156,00 € naquela rubrica da demonstração dos resultados e o respetivo desreconhecimento do ativo no balanço da entidade a 31/12/2020;
  - A situação pandémica que se instalou em todo o mundo, no ano de 2020, obrigou ao encerramento de múltiplas atividades, não tendo a MLM sido exceção. Neste contexto, entre 15 de março e 15 de maio de 2020, a MLM suspendeu a sua atividade, o que, ao abrigo do contrato de prestação de serviços celebrado com a CP, implicou uma redução dos valores a faturar a esta última, relativa aos serviços não prestados naquele período. Esta redução, além da evidente ausência de volume de negócios decorrente da venda de títulos de transporte naqueles dois meses, afetou negativamente os resultados do exercício de 2020, comparativamente com os de 2019, pelo montante de 32.647,00 €.

### ***3 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:***

#### ***3.1 – Principais políticas contabilísticas:***

##### ***a) Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.***

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registo contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com a Norma Contabilística para Microentidades em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras, e têm por base o modelo do custo histórico.

Apesar de a Norma Contabilística subjacente à referida preparação ter sido a relativa às Microentidades, foram construídas peças finais de prestação de Contas não exigidas por essa Norma, em virtude das exigências impostas por outros dispositivos legais.

##### ***b) Outras políticas contabilísticas.***

###### ***Ativos fixos tangíveis:***

Os ativos fixos tangíveis são mesurados pelo modelo do custo, o qual consiste na sua escrituração pelo custo de aquisição, que inclui o custo de compra e quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para os colocar na localização e condição necessária para funcionamento, menos qualquer depreciação acumulada e menos quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o modelo da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

No caso concreto do exercício de 2020, não se contabilizaram quaisquer depreciações relativas a Ativos Fixos Tangíveis, na medida em que os elementos correspondentes já não apresentavam valor líquido escriturado no final do ano.

#### *Investimentos financeiros:*

Os investimentos detidos pela entidade encontram-se mensurados pelo seu custo. Tais investimentos apenas incluem as contribuições de caráter obrigatório para o Fundo de Compensação do Trabalho e a sua detenção tem caráter de continuidade e/ou permanência, não se destinando a ser vendidos no decurso normal das operações da entidade. Se existe evidência de que os mesmos se encontram em imparidade procede-se ao registo da mesma, calculada com base na evidência que indique que a quantia, total ou parcial, não venha a ser recuperada. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo revertidas também por resultados, caso se verifique uma redução do montante da perda estimada num período posterior.

#### *Imparidade de ativos:*

A empresa realiza testes de imparidade sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual os vários ativos se encontram registados nas demonstrações financeiras poderá não ser recuperável.

Sempre que o valor recuperável de determinado ativo é inferior ao seu valor escriturado, é registada a respetiva perda por imparidade em resultados na rubrica "Perdas por imparidade". Posteriormente, se a imparidade diminuir, é registada a correspondente reversão da perda por imparidade.

#### *Ativos e passivos financeiros:*

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais. Um ativo financeiro é qualquer ativo que seja dinheiro ou um direito contratual de receber dinheiro. Um passivo financeiro é qualquer passivo que se consubstancie numa obrigação contratual de entregar dinheiro.

Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados ao custo, deduzido de qualquer perda por imparidade.

#### *Contas a receber*

Se é expectável que a cobrança de saldos de clientes e outras contas a receber ocorra dentro de um ano ou menos, ou se são relacionados com a atividade operacional, estas contas são classificadas como ativo corrente. Caso contrário, são classificadas como ativo não corrente.

As contas a receber não têm implícito juro e são apresentadas pelo respetivo valor nominal deduzidas de perdas por imparidade, calculadas com base no risco de cobrabilidade e na antiguidade.

#### *Caixa e equivalentes a caixa*

Os montantes incluídos nas rubricas de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e/ou outras aplicações de tesouraria que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Eventuais descobertos bancários são incluídos no balanço na rubrica de "Financiamentos obtidos".

#### *Financiamentos obtidos*

Os financiamentos obtidos são registados no passivo pelo valor nominal recebido. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados em resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os juros vencidos e não pagos à data do balanço são classificados na rubrica de "Outras contas a pagar".

#### *Contas a pagar*

As contas a pagar englobam os saldos de fornecedores e outros credores e são responsabilidades assumidas no decurso normal da atividade. Se o pagamento for devido dentro de um ano ou menos são classificadas como passivo corrente. Caso contrário, são classificadas como passivo não corrente.

As contas a pagar são registadas pelo seu valor nominal.

#### *Rendimentos e gastos / Acréscimos e diferimentos:*

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem, independentemente do seu recebimento ou pagamento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos (acréscimos de rendimentos ou gastos a reconhecer) ou passivos (rendimentos a reconhecer ou acréscimos de gastos).

#### *Rérito:*

O rérito é mensurado pelo valor nominal da contraprestação recebida ou a receber. O rérito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos.

O crédito reconhecido não inclui IVA nem outros impostos liquidados relacionados com a prestação de serviços.

*Impostos sobre o rendimento:*

O imposto sobre o rendimento reconhecido nas demonstrações financeiras resulta apenas do imposto corrente. O gasto de imposto é registado em resultados.

O imposto corrente é calculado com base nos respetivos resultados tributáveis, de acordo com as regras fiscais em vigor vigentes à data do balanço, sendo que o resultado tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui gastos e/ou rendimentos que nunca serão tributáveis.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais podem ser sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da empresa dos anos de 2017 a 2020 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão, não sendo expectável, contudo, que, de tais revisões, resultem correções materiais às presentes demonstrações financeiras.

*c) Principais pressupostos relativos ao futuro*

A entidade preparou as suas Demonstrações Financeiras no pressuposto da continuidade das suas operações. Contudo, assume que entrará em dissolução a curto prazo, não sendo possível apontar uma data específica para esse acontecimento.

Não obstante, assume-se que a liquidação dos passivos da entidade deverá ser feita pelo seu valor nominal constante de tal Balanço.

*d) Principais fontes de incerteza das estimativas*

Não existem fontes de incerteza relevantes com relação às estimativas efetuadas.

Porém, ver o descrito no ponto “6 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes”.

**3.2 - Alterações nas políticas contabilísticas: indicação da natureza e efeitos da alteração na política contabilística e, no caso de aplicação voluntária, das razões pelas quais a aplicação da nova política contabilística proporciona informação fiável e mais relevante.**

Não ocorreu qualquer alteração nas políticas contabilísticas da entidade.

*FR*  
*AB*  
*Z-Brumas*  
*RP*

**3.3 - Alterações nas estimativas contabilísticas: indicação do efeito no período corrente e em períodos futuros.**

As estimativas contabilísticas não foram objeto de qualquer alteração no exercício de 2020.

**3.4 - Correção de erros de períodos anteriores: indicação da natureza do erro material e dos seus impactos nas demonstrações financeiras do período.**

Não foi detetado, nem, por conseguinte, corrigido qualquer erro material praticado em períodos anteriores.

#### **4 - Ativos fixos tangíveis:**

*Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis.*

*a) Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta.*

A base de mensuração usada assenta no custo histórico dos ativos fixos tangíveis, deduzido de qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

*b) Métodos de depreciação usados.*

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas numa base sistemática, segundo o método da linha reta.

*c) Vidas úteis ou taxas de depreciação usadas.*

Métodos de depreciação, vidas úteis e taxas de depreciação usadas nos ativos fixos tangíveis	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções		Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros ativos fixos tangíveis
		Terrenos	Edifícios					
Vidas úteis			10 anos	6-14 anos		4-8 anos		4-8 anos
Taxas de depreciação			10,00%	7,14-16,66%		12,50-25,00%		12,50-25,00%
Métodos de depreciação			Linha reta	Linha reta		Linha reta		Linha reta

*d) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as alienações, as depreciações, as perdas por imparidade e suas reversões e outras alterações.*

8  
HJ  
R. Henrique  
(valores expressos em euros)

Ativos fixos tangíveis		Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções		Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros ativos fixos e tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Totais
			Terrenos	Edifícios							
Em 01.01.2019	Quantias brutas escrituradas			193,12	722 668,19		32 268,49		3 552,82		756 682,62
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas			193,12	692 138,19		32 268,49		3 552,82		728 202,62
	Quantias líquidas escrituradas				30 480,00						30 480,00
Adições											
Transferências											
Reclassificações para ativos não correntes detidos para venda											
Alienações, sinistros e abates											
Outras alterações											
Depreciações											
Anulação de depreciações por alienações, sinistros e abates											
Perdas por imparidade											
Em 31.12.2019 (01.01.2020)	Quantias brutas escrituradas			193,12	722 668,19		32 268,49		3 552,82		756 682,62
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas			193,12	692 138,19		32 268,49		3 552,82		728 202,62
	Quantias líquidas escrituradas				30 480,00						30 480,00
Adições											
Transferências											
Reclassificações para ativos não correntes detidos para venda											
Alienações, sinistros e abates											
(30 480,00)											
Outras alterações											
Depreciações											
Anulação de depreciações por alienações, sinistros e abates											
Perdas por imparidade											
Em 31.12.2020	Quantias brutas escrituradas			193,12	692 138,19		32 268,49		3 552,82		728 202,62
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas			193,12	692 138,19		32 268,49		3 552,82		728 202,62
	Quantias líquidas escrituradas				30 480,00						30 480,00

Os valores inscritos em “Depreciações e perdas por imparidade acumuladas” dizem apenas respeito a Depreciações, na medida em que não se verificaram perdas por imparidade.

O material circulante ao serviço da entidade já não se encontra em operação, embora se encontre completamente sob a sua alcada. Está posta de parte a possibilidade de esses material vir a operar de novo sob a gestão e responsabilidade da MLM.

Não se conhece com rigor o valor de mercado do referido material, sabendo-se, contudo, que o mesmo ainda tem alguma expressão.

### 5 – Rendimentos e gastos:

*Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços.*

No que se refere aos créditos provenientes dos serviços prestados, o reconhecimento dos mesmos é feito com base nos valores faturados aos clientes, decorrentes de tais serviços. A faturação dos serviços ou tem lugar imediatamente após a consumação da respetiva prestação, ou, quando de carácter continuado, no último dia do mês a que diz respeito.

Os restantes créditos são reconhecidos imediatamente após o recebimento respetivo ou quando se constitui o direito à sua percepção, conforme as situações em concreto.

#### **6 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes:**

*Breve descrição da natureza e quantia de cada classe de passivos contingentes à data do balanço.*

**a)** Correm termos dois Processos Judiciais em que a entidade figura como Ré, dela se reclamando o pagamento de indemnizações de valor relativamente avultado. Em tais Processos, para além da MLM, constam outros Réus conhecidos, os quais também respondem, solidariamente, pelas indemnizações peticionadas.

Face, sobretudo, à dificuldade em se apurar os valores indemnizatórios eventualmente imputáveis à MLM no caso de vir a ser judicial e efetivamente condenada e à ideia de que nada é devido pela empresa aos Autores das Ações Judiciais em apreço, não foi constituída qualquer provisão a este propósito.

De todo o modo, estando-se aqui perante um passivo contingente e de valor importante, informa-se que o valor total das Ações Judiciais que correm termos contra a MLM, envolvendo, também e de forma solidária, outros Réus é de aproximadamente 300.000,00 €;

**b)** A entidade será dissolvida a curto prazo. Apesar disso, não foi constituída qualquer provisão destinada a atender aos encargos derivados das indemnizações devidas aos trabalhadores em consequência dessa dissolução. Na base da ausência da constituição da referida provisão está a ideia da Administração da empresa de colocar os seus trabalhadores noutras ocupações, em particular a exercer funções similares na empresa que assumirá o transporte ferroviário na Linha do Tua, por concessão, ou na sua internalização nos serviços da autarquia.

Por outro lado, o apuramento do valor indemnizatório eventual está dependente da data da dissolução da firma, a qual não se conhece com suficiente segurança.

De todo o modo, se a empresa vier a incorrer na obrigação de indemnizar os trabalhadores, a mesma terá de ser calculada atendendo ao seguinte:

\* A maior parte dos trabalhadores da empresa, em número de quatro, integram o quadro de pessoal da mesma desde a sua fundação (1995), sendo que os dois restantes foram admitidos no início de 2016;

*8*  
*AP*  
*AP*  
*AP*

\* Serão seis os funcionários a indemnizar;

\* Durante o ano de 2020, o valor bruto mensal das remunerações aos trabalhadores ascendeu a cerca de 5.600,00 € (incluindo subsídio de alimentação).

#### 7 - Instrumentos financeiros:

7.1 — *Bases de mensuração e políticas contabilísticas relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras, utilizadas na contabilização de instrumentos financeiros.*

- a) Todos os ativos e passivos financeiros encontram-se escriturados pelo seu custo;
- b) A entidade encontra-se em incumprimento, desde há muito tempo, com relação ao pagamento de um fornecimento de equipamento básico que lhe foi efetuado. O valor do débito nestas condições em 31/12/2020 ascende a 1.737.815,00 €.

7.2 — *Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando os aumentos e as reduções das diferentes naturezas de itens de cada rubrica do capital próprio.*

R.  
AB  
Z  
P

(valores expressos em euros)							
Movimentos ocorridos nas rubricas do capital próprio	Capital subscrito	Outros instrumentos do capital próprio	Reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Totais
Saldo 31.12.2018 (01.01.2019)	125 000,00			(1 716 027,28)		(24 434,72)	(1 615 462,00)
Aumentos (reduções) do capital							
Aquisições (alienações) de quotas próprias							
Realização (reembolso) de outros instrumentos de capital próprio							
Própria adoção da Norma Contabilística para Micro entidades							
Correções de erros de períodos anteriores							
(Distribuições) de resultados e reservas				(24 434,72)		24 434,72	
Entradas para cobertura de perdas				24 269,62			24 269,62
Aplicação do resultado líquido do período anterior							
Resultado líquido do período						(111,78)	(111,78)
...							
Saldo 31.12.2019 (01.01.2020)	125 000,00			(1 716 192,38)		(111,78)	(1 591 304,16)
Aumentos (reduções) do capital							
Aquisições (alienações) de quotas próprias							
Realização (reembolso) de outros instrumentos de capital próprio							
Própria adoção da Norma Contabilística para Micro entidades							
Correções de erros de períodos anteriores							
(Distribuições) de resultados e reservas				(111,78)		111,78	
Entradas para cobertura de perdas						(45 390,71)	(45 390,71)
Aplicação do resultado líquido do período anterior							
Resultado líquido do período						(45 390,71)	(45 390,71)
...							
Saldo 31.12.2020	125 000,00			(1 716 304,16)		(45 390,71)	(1 636 694,87)

### 8 – Benefícios dos empregados:

*Número médio de empregados durante o período a que se referem as demonstrações financeiras.*

O número médio de empregados nos dois últimos períodos foi de 6.

### 9 – Divulgações exigidas por outros diplomas legais:

#### 9.1 – Honorários respeitantes ao Fiscal Único (sem IVA).

JR.  
#3  
Z-fimose  
-P

(valores expressos em euros)

Honorários faturados pelos revisores oficiais de contas	Período 2020			Período 2019		
	Honorários faturados	Elétricos das periodizações	Totais	Honorários faturados	Elétricos das periodizações	Totais
Revisão legal das contas	3 600,00		3 600,00	3 600,00		3 600,00
Serviços de garantia de fiabilidade						
Consultoria fiscal						
Outros serviços						
<b>Totais</b>	<b>3 600,00</b>		<b>3 600,00</b>	<b>3 600,00</b>		<b>3 600,00</b>

Os membros do Conselho de Administração não auferem qualquer tipo de remuneração na empresa.

#### *9.2 – Dívidas ao Estado e aos trabalhadores em situação de mora.*

Não existem quaisquer dívidas nestas condições (quer à AT, Segurança Social, quer aos trabalhadores).

#### **10 - Outras divulgações:**

##### *10.1 - Operações contratadas pela entidade com partes relacionadas:*

*Quantia dessas operações e natureza da relação com as partes relacionadas.*

A informação constante deste ponto refere-se aos negócios estabelecidos entre a entidade e os seus acionistas (CP e Município de Mirandela). Tais negócios reportam-se aos serviços prestados por aquela a estes, no decurso normal das suas operações.

(valores expressos em euros)

Transações com as partes relacionadas		Período 2020		Período 2019	
		Prest. Serviços	...	Prest. Serviços	...
Empresa-mãe	Acionista majoritário	2 329,72		4 672,64	
	Subtotais	2 329,72		4 672,64	
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa sobre a entidade	Acionista minoritário	164 831,16		195 882,00	
	Subtotais	164 831,16		195 882,00	
Subsidiárias	...				
	Subtotais				
Associadas	...				
	Subtotais				
Empreendimentos conjuntos nos quais a entidade empreende	...				
	Subtotais				
Pessoal chave da gestão da entidade ou da entidade-mãe	...				
	Subtotais				
Outras partes relacionadas	...				
	Subtotais				
Totais		167 160,88		200 554,64	

(valores expressos em euros)

Quantias dos saldos pendentes com partes relacionadas, respectivas perdas por imparidade acumuladas e gastos reconhecidos a respeito de dívidas incobráveis ou de cobrança dívidosa de partes relacionadas		Período 2020					Período 2019				
		Saldos pendentes em 31/12/2020			Perdas por imparidade relacionadas com os saldos pendentes		Gastos de incobrabilidade reconhecidos no período	Saldos pendentes em 31/12/2019			Gastos de incobrabilidade reconhecidos no período
		Cientes e corrente	Financiamentos obtidos	Outros credores	Reforços ou reversões no período	Quantias acumuladas no fim do período		Cientes e corrente	Financiamentos obtidos	Outros credores	
Empresa-mãe	Acionista majoritário	689,00	(103 472,68)						(50 825,68)		
	Subtotais	689,00	(103 472,68)						(50 825,68)		
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa sobre a entidade	Acionista minoritário	981,64		(1 737 815,00)						(1 731 378,78)	
	Subtotais	981,64		(1 737 815,00)						(1 731 378,78)	
Subsidiárias	...										
	Subtotais										
Associadas	...										
	Subtotais										
Empreendimentos conjuntos nos quais a entidade empreende	...										
	Subtotais										
Pessoal chave da gestão da entidade ou da entidade-mãe	...										
	Subtotais										
Outras partes relacionadas	...										
	Subtotais										
Totais		1 670,64	(103 472,68)	(1 737 815,00)					(50 825,68)	(1 731 378,78)	

O valor inscrito no Balanço na rubrica “Outros credores” respeita, quase todo ele, ao débito da entidade ao acionista CP (mentionado na tabela supra, enquanto acionista minoritário)

decorrente da aquisição de quatro automotoras, a que acresce o valor dos juros que este periodicamente debita àquela sobre o capital em dívida resultante da dita aquisição.

Já o valor inscrito na rubrica "Financiamentos obtidos" decorre de montantes entregues nos quatro últimos anos pelo Município de Mirandela, para a entidade fazer face a despesas correntes. Este montante foi incrementado entre janeiro e julho e diminuído em novembro de 2020, pelos valores totais de 82.647,00 € e 30.000 €, respetivamente.

*10.2 - Outras divulgações, consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados.*

*a) Desagregação dos valores inscritos na rubrica de "Caixa e depósitos bancários"*

		31.12.2020			31.12.2019		
Meios financeiros líquidos constantes do balanço		Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais	Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais
Caixa	Numerário	1 317,20		1 317,20	330,74		330,74
	...						
	Subtotais	1 317,20		1 317,20	330,74		330,74
Depósitos bancários	Depósitos à ordem	75 244,84		75 244,84	2 648,10		2 648,10
	...						
	Subtotais	75 244,84		75 244,84	2 648,10		2 648,10
Outros equivalentes de caixa	...						
	Subtotais						
Totais		76 562,04		76 562,04	2 978,84		2 978,84

*b) Gasto (rendimento) por impostos correntes*

O gasto por imposto corrente da entidade no exercício de 2020 é de 82,12 €, sendo que o mesmo gasto referente a 2019 ascendeu a 176,83 €. Considerando a irrelevância do valor associado ao imposto corrente, não se justifica detalhar o respetivo cálculo nem determinar a taxa efetiva de imposto.

No caso vertente, não há condições para se falar de impostos diferidos, tendo em conta o histórico de prejuízos fiscais registado até à data e a total incerteza quanto à magnitude dos Resultados futuros e a quebra do pressuposto da continuidade da empresa.

*c) Informação relativa a ativos e passivos financeiros*

A informação constante no quadro seguinte não é comparável entre os períodos nele apresentados. No exercício de 2020, e porque se reconhece que na categoria de ativos ou passivos financeiros mensurados ao custo se incluem as contas a receber e a pagar, com

exceção das contas de devedores e credores por acréscimos e de impostos sobre o rendimento, entre outras, as quantias escrituradas apresentadas em 2020 estão subtraídas destas últimas rubricas, ao passo que em 2019 tal não sucedeu. Assim, em 2020, o valor da rubrica E.O.E.P. dos ativos financeiros está diminuído em 1.143,83 € (valor respeitante ao saldo devedor da conta de impostos sobre o rendimento), os Outros ativos correntes estão diminuídos em 163.235,00 € (valor respeitante ao saldo da conta de devedores por acréscimos de rendimentos), a rubrica E.O.E.P. dos passivos financeiros está diminuída em 82,12 € (valor respeitante ao saldo credor da conta de impostos sobre o rendimento) e os Outros passivos correntes estão diminuídos em 14.107,04 € (valor respeitante ao saldo da conta de credores por acréscimos de gastos).

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros			31.12.2020			31.12.2019		
			Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
Ativos financeiros	Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida em resultados	...						
		Subtotais						
	Ativos financeiros ao custo ou custo amortizado menos imparidade	Correntes	1 670,64		1 670,64	490,82		490,82
		E. O. E. P.				9 728,97		9 728,97
		Outros ativos correntes	91,78		91,78	198 687,86		198 687,86
		Caixa e depósitos bancários	76 562,04		76 562,04	2 978,84		2 978,84
		Investimentos financeiros	510,54		510,54	384,94		384,94
		Subtotais	78 835,00		78 835,00	212 271,43		212 271,43
	Instrumentos de capital próprio mensurados ao custo	...						
		Subtotais						
		Totais	78 835,00		78 835,00	212 271,43		212 271,43
Passivos financeiros	Passivos financeiros mensurados ao justo valor por contrapartida em resultados	...						
		Subtotais						
	Passivos financeiros mensurados ao custo ou custo amortizado	Fornecedores	16 976,68		16 976,68	33 495,73		33 495,73
		E. O. E. P.	6 279,59		6 279,59	3 970,31		3 970,31
		Outros passivos correntes	1 738 990,59		1 738 990,59	1 746 082,25		1 746 082,25
		...						
		Subtotais	1 762 246,86		1 762 246,86	1 783 548,29		1 783 548,29
	Compromissos de empréstimo mensurados ao custo menos imparidade	Financiamentos obtidos	103 472,68		103 472,68	50 825,68		50 825,68
		Subtotais	103 472,68		103 472,68	50 825,68		50 825,68
		Totais	1 865 719,54		1 865 719,54	1 834 373,97		1 834 373,97

*d) Detalhe das contas de acréscimos e diferimentos*

R  
BB  
R-fimeto

Acréscimos e Diferimentos		Período 2020	Período 2019
Acréscimos de rendimentos	Serviços a faturar à CMM	-	1 667,92
	Serviços prestados à CP	163 235,00	195 882,00
	Despesas a regularizar no ano seguinte	-	1 137,94
	Totais	163 235,00	198 687,86
Acréscimos de gastos	Remunerações	11 706,75	11 385,00
	Juros	2 400,29	2 622,61
	Totais	14 107,04	14 007,61
Gastos a reconhecer	Seguros	-	318,38
	...		
	Totais		318,38
Rendimentos a reconhecer	...		
	Totais		

*e) Detalhe do crédito*

(valores expressos em euros)

Quantias dos créditos reconhecidas no período	Período 2020			Período 2019		
	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos créditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos créditos reconhecidos no período anterior	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos créditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos créditos reconhecidos no período anterior
Venda de bens						
Prestação de serviços	177 845,32	100,00%	(18,75%)	218 877,84	100,00%	(1,96%)
Juros						
Royalties						
Dividendos						
<b>Totais</b>	<b>177 845,32</b>	<b>100,00%</b>	<b>(18,75%)</b>	<b>218 877,84</b>	<b>100,00%</b>	<b>(1,96%)</b>

*f) Artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais*

O Conselho de Administração está bem ciente das condições em que a sociedade se encontra na perspetiva do Artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, considerando o valor dos seus Capitais Próprios à data de 31/12/2020. Porém, não está em crise o pagamento dos passivos assumidos nesta data nem à data do Balanço, sendo certo que a dívida à CP terá de ser objeto de tratamento particular e especial.

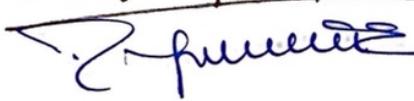
g) Impacto na atividade e rentabilidade da empresa provocado pelos efeitos decorrentes da Covid 19

As políticas governamentais tomadas para conter a propagação do vírus que provoca a doença Covid 19 e o medo que esta provocou nas populações, impactou de forma significativa na atividade e rentabilidade da empresa. De facto, o conjunto daquelas políticas e o medo do contágio conduziram a uma redução importante do volume do serviço prestado, o que se refletiu numa diminuição global das suas receitas, na ordem dos 40.000 €.

É também verdade que no período em que a atividade da empresa este paralisada (meados de março a meados de maio) também não foram suportados diversos custos diretos ligados ao transporte de passageiros, pelo facto de alguns serviços de transporte serem subcontratados. Nas condições expostas, a rentabilidade da empresa foi prejudicada em cerca de 36.000 € por força do impacto causado pela pandemia.

Mirandela, 16 de fevereiro de 2021

O Conselho de Administração

  
Até...L., Lourenço Rodrigues  


O Contabilista Certificado



Entidade: METROPOLITANO LIGEIRO DE MIRANDELA, S.A.



Balanço em 31 de dezembro de 2020 (modelo ME)

Unidade monetária: €

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31.12.2020	31.12.2019
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	3 ; 4		30.480,00
Investimentos financeiros	10	510,54	384,94
		510,54	30.864,94
<b>Ativo corrente</b>			
Clientes	10	1.670,64	490,82
Estado e outros entes públicos	10	1.143,83	9.728,97
Diferimentos	10		318,38
Outros ativos correntes	3 ; 10	163.326,78	198.687,86
Caixa e depósitos bancários	10	76.562,04	2.978,84
		242.703,29	212.204,87
<b>Total do ATIVO</b>		243.213,83	243.069,81
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>			
Capital subscrito	7	125.000,00	125.000,00
Resultados transitados	7	(1.716.304,16)	(1.716.192,38)
		(1.591.304,16)	(1.591.192,38)
<b>Resultado líquido do período</b>	7	(45.390,71)	(111,78)
<b>Total do CAPITAL PRÓPRIO</b>	7	(1.636.694,87)	(1.591.304,16)
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	10	16.976,68	33.495,73
Estado e outros entes públicos	10	6.361,71	3.970,31
Financiamentos obtidos	10	103.472,68	50.825,68
Outros passivos correntes	7 ; 10	1.753.097,63	1.746.082,25
		1.879.908,70	1.834.373,97
		1.879.908,70	1.834.373,97
<b>Total do PASSIVO</b>		243.213,83	243.069,81
<b>Total do CAPITAL PRÓPRIO e do PASSIVO</b>			

Fábio Rodrigues

O Conselho de Administração

Manoel Duarte

O CC

Requerente

Até: 15/01/2021

Entidade: METROPOLITANO LIGEIRO DE MIRANDELA, S.A.



Demonstração individual de fluxos de caixa

Período findo em 31 de DEZEMBRO de 2020

Unidade monetária: €

RUBRICAS	NOTAS	Períodos	
		2020	2019
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes	+	258.873,26	44.812,17
Pagamentos a fornecedores	-	(125.818,91)	(99.341,60)
Pagamentos ao pessoal	-	(105.091,49)	(104.559,87)
Caixa gerada pelas operações	+/-	27.862,88	(159.089,29)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	+/-	(48,20)	(357,29)
Outros recebimentos/pagamentos	+/-	(28.391,38)	(61.832,38)
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>	(1)	+/-	(1.476,72)
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	-		
Ativos intangíveis	-		
Investimentos financeiros	-	125,60	21,72
Outros ativos	-		
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis	+	3	22.538,52
Ativos intangíveis	+		
Investimentos financeiros	+		
Outros ativos	+		
Subsídios ao investimento	+		
Juros e rendimentos similares	+		
Dividendos	+		
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>	(2)	+/-	22.412,92
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	+	10	82.647,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	+		30.000,00
Cobertura de prejuízos	+	7	21.842,62
Doações	+		
Outras operações de Financiamento	+		
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	-	10	30.000,00
Juros e gastos similares	-		
Dividendos	-		
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-		
Outras operações de financiamento	-		
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>	(3)	-	52.647,00
<b>Variação de caixa e seus equivalentes</b>	(1)+(2)+(3)		51.842,62
Efeito das diferenças de câmbio	+/-		
Caixa e seus equivalentes no início do período	+/-	10	2.978,84
Caixa e seus equivalentes no fim do período	+/-	10	76.562,04
			2.978,84

*filipe Rodriguez*  
O Conselho de Administração

*Z. Ferreira*

*António L. Lourenço - f. 1.1/1a*

*Manoel da Nóbrega*  
O CC

Entidade: METROPOLITANO LIGEIRO DE MIRANDELA, S.A.



Demonstração dos resultados por naturezas (modelo ME)

Período findo em 31 de dezembro de 2020

Unidade monetária: €

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Períodos	
		2020	2019
Vendas e serviços prestados	+	10	177.845,32
Fornecimentos e serviços externos	-	9	(100.027,97)
Gastos com o pessoal	-		(106.347,98)
Outros rendimentos	+		1.596,16
Outros gastos	-	3	(12.158,22)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	=		(39.092,69)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	=		7.071,91
Gastos de financiamento (líquidos)	+		(6.215,90)
<b>Resultado antes de impostos</b>	=		(45.308,59)
Imposto sobre o rendimento do período	-/+	10	(82,12)
<b>Resultado líquido do período</b>	=	7	(45.390,71)
			(111,78)

Félix Rodrigues  
H. - L. - Conselho, 1.º/2.

O Conselho de Administração

R. Oliveira

Manoel Nogueira  
O CC

**Entidade: METROPOLITANO LIGEIRO DE MIRANDELA, S.A.**

Demonstração individual das alterações no capital próprio no período 2019



Unidade monetária: €

DESCRICAÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do Capital da empresa - mês								Total do Capital Próprio	Interesses que não controlam
		Capital subscrito	Ações (quotas) prioritárias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados tradutórios	Ajustamentos/ outras variações no capital próprio		
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2019</b>	<b>1</b>	<b>7</b>	<b>125.000,00</b>						<b>(1.710.402,00)</b>		<b>(1.615.402,00)</b>
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>											<b>(1.015.462,00)</b>
Primeria adopção do novo referencial contabilístico											
Alterações das políticas contabilísticas											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
Flutuação de encargos da reabilitação											
Excedentes de inventariação											
Ajustamentos por impostos diferidos											
Outras alterações reconhecidas no capital próprio											
<b>RESULTADO LIQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>2</b>										
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>	<b>3</b>	<b>7</b>									
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>											
Realizações de prémios de emissão											
Distribuições											
Entradas para cobertura de perdas											
Outras operações											
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2019</b>	<b>5</b>										<b>(1.591.304,16)</b>
<b>POSição NO FIM DO PERÍODO 2018</b>	<b>6=1+2+3+5</b>	<b>7</b>	<b>125.000,00</b>						<b>(1.716.192,38)</b>		

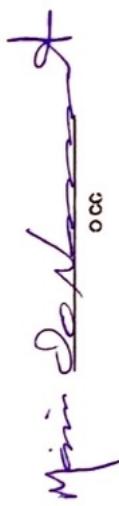
*Julio Rodriguez*  
Conselho de Administração

*António Lourenço*  
Presidente

*Hélio do Nascimento*  
OCC

Unidade monetária: €

DESCRÍCION	NOTAS	Capital subscrito	Ações (quotas) próprias	Outras instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados translatados	Excedentes de reembolso	Ajustamentos/ outras variações no capital próprio	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe		Total do Capital Próprio	Interesses que não controlam
											Total	Resumo do período		
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2020</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>125.000,00</b>					<b>(1.716.304,16)</b>				<b>(1.591.304,16)</b>		
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>														
Primeria adopção de novo referencial contabilístico														
Alterações de políticas contabilísticas														
Diferenças de comércio de demonstrações financeiras														
Realização de excedentes de reembolso														
Excedentes de reembolso														
Ajustamentos por impostos diferidos														
Outras alterações reconhecidas no capital próprio														
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>7</b>													
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>	<b>8</b>													
<b>OPERAÇÕES COM DE TENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>	<b>9+8</b>													
Realizações de capital														
Realizações de prémios de emissão														
Distribuições														
Entradas para cobertura de perdas														
Outras operações														
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2020</b>	<b>10</b>													
			<b>11.667.441,10</b>	<b>7</b>	<b>125.000,00</b>							<b>(1.636.694,87)</b>		<b>(1.636.694,87)</b>


 Mário Gonçalves

O CC


 Filipe Rodrigues
   
 O Conselho de Administração